



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0011931-77.2021.6.05.8000
INTERESSADO : ANDRÉ ANTON HADAD
ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI E CAVALCANTE
ASSUNTO : Recurso. Service Desk. Pregão nº 29/2021.

PARECER nº 673 / 2021 - PRE/DG/ASJUR

1. A Diretoria-Geral submete à apreciação desta Assessoria Jurídica o recurso interposto pela empresa INTEROP INFORMÁTICA LTDA. (doc. nº 1785893), no qual se insurge contra a decisão do Pregoeiro que a inabilitou no Pregão nº 29/2021, após verificação de que a documentação apresentada pela Recorrente não atendia, na integralidade, as condições editalícias.

1.1. Inicialmente declarada vencedora no certame (doc. nº 1761111), o Pregoeiro reviu sua primeira decisão, por força de recurso impetrado pela empresa LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A (doc. nº 1761134, fls. 3/7), e, como consectário, inabilitou a ora Recorrente (doc. nº 1761142).

1.2. A questão central girou em torno da documentação dos profissionais da empresa, concluindo-se, ao final, pelo desatendimento de parte das exigências relativas ao quesito capacidade técnico-operacional, conforme evidenciado em ressalvas contidas no doc. nº 1760971. Vejamos:

"11.1.7.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

a) As licitantes deverão apresentar, ainda, comprovante de que integram o seu quadro permanente, na data da licitação, no mínimo:

a.1) 01 profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós-graduação em gerenciamento de projetos lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;

Certificação pendente: Apenas um colaborador apresentou documentação, mas vencida.

a.2) 01 profissional com certificação ITIL Manager V2 ou Expert V3 ou superior, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação ITIL Expert – Information Technology Infrastructure Library;

Certificação comprovada: Evandro Steyer

a.3) 02 (dois) profissionais com certificação técnica ou experiência comprovada no Sistema de Gestão de serviços fornecido pela CONTRATADA.

Certificação comprovada: Daniel e Luis Eduardo

a.4) 01 (um) profissional com certificação MCSE (2003) ou MCITP: Enterprise Administrator;

Certificação comprovada: Atauhalpa Pierrie

a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior.

Certificação pendente: Christian Soares apresenta "Certificate of Course Completion", ou seja, certificado conclusão do curso. É exigida a certificação CCNP, que é uma aprovação em uma prova de certificação."

2. Assim, deu-se continuidade à licitação, com retomada da fase de julgamento das propostas, conforme Ata Complementar (doc. nº 1785723).

2.1. Antes, a licitante INTEROP INFORMATICA LTDA teve a oportunidade de complementar a documentação, mediante diligência promovida pelo Pregoeiro, cujos trechos destacamos (doc. nº 1751090, fls. 6):

"(...) Para INTEROP INFORMATICA LTDA - Sr(a). Licitante, após análise dos atestados de capacidade técnico-profissional a que alude a condição 11.1.7.2, e com supedâneo na condição 19.7 do edital, solicito que nos envie no prazo de 2 horas através da opção "enviar anexo" do compasnet os certificados a alusivos as alíneas a.2 e a.5, conforme salientado abaixo:

(...) Para INTEROP INFORMATICA LTDA - a.2) Nesta alínea o edital exige que o profissional apresente Certificação ITIL Expert – Information Technology Infrastructure Library. A licitante não atendeu este quesito, pois a Certificação apresentada - Foundation Certificate in IT Service Management, difere da solicitada no edital.

(...) Para INTEROP INFORMATICA LTDA - a.5) A exigência desta alínea também não foi atendida, posto que a empresa enviou Certificação CISCO, enquanto o edital solicita CCNP ou superior. Sistema 13/10/2021 09:55:37 Senhor fornecedor INTEROP INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 86.703.337/0001-80, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.

(...) Bom dia Sr. Pregoeiro! Iremos atender a solicitação o mais breve possível.

(...) Senhor Pregoeiro, o fornecedor INTEROP INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 86.703.337/0001- 80, enviou o anexo para o ítem 1.

(...) Para INTEROP INFORMATICA LTDA - Senhor(a) confirmo o recebimento do(s) certificados no prazo. Irei analisá-los"

3. Procedendo-se à análise da documentação da segunda colocada, colacionada aos autos sob doc. nº 1785737, empresa THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA, o Pregoeiro, de igual modo, a inabilitou, informando (doc. nº 1785723, fls. 5):

"(...) Para THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA- Sr(a). Licitante, após análise dos atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional a que referenciam as condições 11.1.7.1 e 11.1.7.2, respectivamente. Constatamos que os atestados alusivos à condição 11.1.7.1 não atendem as exigências do edital;

(...) Para THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA - CONTINUAÇÃO além do mais os documentos para comprovar a capacidade técnico-profissional não foram juntados concomitantemente com a proposta. Segundo a condição 4.1 do Instrumento convocatório. Isso posto, a empresa será inabilitada por descumprimento das exigências do edital."

3.1. Supomos, à vista dos fatos acima narrados, que a documentação da empresa foi enviada posteriormente ao início do certame. A propósito, em mensagens trocadas com o Pregoeiro (doc. nº 1785755), a ora Recorrente faz um alerta neste sentido ("*Verificamos que a empresa THS, não enviou nenhum documento solicitado no item 11.1.7.2 do Edital, sendo assim, mesmo que o valor negociado esteja no estimado, a documentação não está atendida pois deveria ser enviada até a disputa do edital*").

4. Prosseguindo-se com o certame, as demais licitantes foram instadas a reduzir seus preços para adequação ao valor máximo estimado pela Administração, sem que se lograsse êxito em tal tentativa, razão que fez o Pregoeiro asseverar (doc. nº 1785723, fls. 3):

"(...) Item cancelado em razão, das empresas classificadas em primeiro e segundo lugar tiveram suas propostas inabilitadas, por não atenderem aos requisitos de capacidade técnica disciplinada na condição 11.1.7 do edital. As demais empresas tiveram as propostas recusadas por preço excessivo."

5. Assim feito, a INTEROP INFORMATICA LTDA apresentou *intenção de recurso*.

5.1. No Recurso efetivamente interposto pela licitante (doc. nº 1785893), a empresa sustenta ter comprovado a capacidade técnico profissional exigida no certame, conforme *excertos* abaixo:

"A Recorrente trouxe aos autos do certame comprovações técnicas e econômicas da INTEGRAL capacidade de manutenção da proposição ofertada e por análise e definição do contratante sobre a forma de gestão operacional da licitante InterOp, veio a contratante desclassificar a Recorrente InterOp pautada na justificativa de que esta não teria comprovado requisitos que facilmente podem ser, se dúvidas permaneceram, aclarados em diligência, ou em provas de conceito; assim, a justificativa de recusa da classificação da InterOp por ausência de atendimento aos requisitos técnicos não condiz com a realidade dos fatos, frustrando o erário de ter na Proposta da InterOp q melhor oferta técnico-comercial.

A Recorrente InterOp COMPROVOU ATENDER A TODAS AS FASES do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021 por sua capacidade técnica integralmente compliance com a exigência e similaridade do objeto e o compromisso já assumido de acatar as regras do Certame. A Recorrente InterOp atendeu globalmente o edital, trouxe seus documentos em conformidade com os requisitos legais, econômicos, fiscais e técnicos para acolher as exigências do TRE/BA.

(...)

2.1. Quanto a exigência do item 11.1.7.2 - a.1) 01 (um) profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós-graduação em gerenciamento de projetos lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas.

(**imagens e-mail) Thiago Pacheco da Silva - PROJECT MANAGEMENT PROFESSIONAL (PMP) Atauhalpa Pierrie Bulling – MBA's: MBA EM TECNOLOGIA PARA NEGÓCIOS AI, DATA SCIENCE E BIG DATA; MBA EM LIDERANÇA e MBA EXECUTIVO EM ADMINISTRAÇÃO GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

<https://pmisp.org.br/exame-pmp-sera-alterado-somente-em-janeiro-de-2021/>

O PMI está comprometido com a segurança e o bem-estar de nossa comunidade global. Nossa Força-Tarefa de Crise está monitorando a situação decorrente do coronavírus (COVID-19) diariamente. Estamos tomando medidas adicionais para garantir a segurança de nossos clientes e atender às suas necessidades. Como resultado, tomamos as seguintes decisões importantes:

Estendendo o atual exame PMP® para 31 de dezembro de 2020 e adiando o lançamento do novo exame PMP® até 2 de janeiro de 2021;

(...)

Cabe apontar que o profissional Thiago Pacheco da Silva – PMP atendeu o requisito, visto que o contratante não aceitou a comprovação do profissional embasado em vencimento de prazo de prova que a Instituição PMI convencionou, mas em momento alguma tal exigência pra versão ou validade fora apontada e justificada como necessária as qualificadoras pra contratação objeto do Edital PE Nº 29/2021. A título de informação faz-se adequado observar que a Instituição Certificadora PMI também postergou os prazos de novas provas de Certificação para PMP, fundamentado no Caos Universal provocado pela Pandemia de Covid-19.

Assim, imperioso validar que a exigência do Certame para este item no formato aqui apontado fora sim atendida na sua integralidade, à medida que, além de Profissional PMP, também apresentou a Concorrente Profissional com 3 (três) formações MBA em TIC, o que resta comprovada sua evidente capacidade de Corpo Técnico Operacional.

2.2. Quanto a exigência do item 11.1.7.2 – a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior. O TRE-BA inabilitou a Recorrente com a seguinte justificativa para o item a.5, supra: “...a INTEROP também não atendeu o requisito mínimo exigido no item a.5, no qual é exigido a apresentação de, no mínimo, 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior. Contudo, é facilmente verificável que a recorrida apresentou uma certificação inferior à exigida no processo, tendo em vista que apresentou certificação Cisco Certified Entry Networking Technician.”

Trazemos à baila o título do Certificado do Profissional da InterOp – Christian Soares, que consta – CCNP switch ... CISCO, como já apresentado nos autos. O que pensou o Contratante quanto efetuou a leitura de tal documento? Como excluir do certame empresa que trouxe sim a comprovação exigida para a devida habilitação? Que outra tradução vem disposta no Edital e seu TR que seja traduzida de modo diferente do que está no item a.5 (certificação CCNP)? Como pôde o TRE-BA efetuar leitura distinta do Certificado da InterOp que qualifica o técnico em CISCO NETWORKING ACADEMY – CCNP? Certificação CCNP

(**imagens e-mail)CHRISTIAN POLI SOARES - CCNP SWITCH:IMPLEMENTING IP SWICHNG

Ocorre que a evidência de tal análise inadequada para os itens a.1 e a.5 efetuado pelo TREBA, na melhor análise do ocorrido, demonstra um excesso de formalismo, como podemos ter aclarado em julgado aqui apresentado.

(...)

Na listagem de comprovação de capacidade técnica profissional TRE BA deixou sim de destacar os pontos que convergem em favor da demonstração explícita que a Recorrente InterOp possui ampla capacidade de ofertar ao Ente Público serviços de acordo com o objeto licitado.

Também deixou o TREBA de observar que os requisitos a.1 e a.5 nem mesmo são qualificadoras que integram os requisitos para os cargos listados para profissionais pré-definidos na listagem de equipe remoto ou presencial que atenderá o TREBA. Vejamos na listagem, que o requisito individual para as Certificações PMP e CCNP exigidas no Certame são para as funções parte do edital e não as de maior volume nos dos Perfis Técnicos abaixo listados (Anexo A)."

(...)

5.2. Argui acerca de formalismo exagerado na decisão do Pregoeiro, sugerindo, ainda, que a Administração conceda prazo para apresentação de nova documentação, nos termos preconizados no artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

5.3. Por fim, afirma que *"as exigências edilícias contidas nos atestados apresentados pela Recorrente InterOp comprovam sua capacidade técnica e o Pregoeiro tem total condição legal para efetuar a retomada dos requisitos, flexibilizando a análise a fim de escoimar o prejuízo que poderá trazer quando do possível fracasso do Certame, pois assim retomando a fase e oportunizando a aceitação da proposta e condição técnica ofertada pela InterOp promovera a contratação da melhor oferta ao Ente Público"*.

6. Mediante doc. nº 1787431, a empresa SOLUTIS TECNOLOGIAS LTDA. apresenta contrarrazões. Em síntese, a empresa afirma que a decisão do Pregoeiro se baseou em parecer técnico, quando entendeu não satisfeitos os requisitos de capacidade técnico profissional da INTEROP, aduzindo, nesse contexto, que mesmo após a acertada promoção de diligências, *"objetivando o saneamento das inconsistências informadas"*, não se logrou êxito em tal providência. Pelas suas palavras: *"13. A Recorrente esquece, ou talvez finge esquecer, que o i. Pregoeiro, de forma altamente diligente, concedeu prazo para que a mesma enviasse documentação complementar objetivando o saneamento das inconsistências informadas, mas que ainda assim não conseguiu comprovar o disposto nas alíneas "a.1" e "a.5" da condição 11.1.7.2, tendo validado apenas a alínea "a.2"*.

6.1. Adentra na apreciação dos documentos apresentados pela licitante Recorrente, para seguir asseverando que se deve manter a inabilitação da INTEROP INFORMATICA LTDA., bem como a declaração de fracasso do certame.

7. Sobre a peça recursal e contrarrazões se manifestou o Pregoeiro, no doc. nº 1786915, para, ao final, pugnar pelo não acolhimento do Recurso.

7.1. De relação às argumentações da Recorrente que versam sobre o atendimento ao quesito capacidade técnico-profissional, o Pregoeiro aduziu:

"Examinando o recurso apresentado pela empresa licitante, em cotejo com as especificações dispostas no edital, bem como parecer técnico do setor demandante, analisado conjuntamente com os coordenadores da STI e da COSUP (doc 1760971) que após minucioso exame opinou pela inconsistência dos certificados apresentados pelo licitante vencedor.

Pode-se concluir. A recorrente na apresentação do seu recurso não apresentou nenhum fato novo daquilo que fora apresentado nas contrarrazões (doc 1761134 pág 9 a 12). Todos os fatos apresentados foram exaustivamente analisados na manifestação do pregoeiro (doc nº 1761142).

A recorrente insiste na tese da proposta mais vantajosa e do formalismo exacerbado. Nesse tema, a recorrente teve todas as oportunidades previstas no edital para sanear as inconsistências apresentadas na documentação que deu ensejo a sua inabilitação, inclusive, com supedâneo no Acórdão 1211/2021 do Tribunal de Contas da União foi possibilitada a recorrente a juntada de documento ausente, (que por alguma falha, ou equívoco não tenha sido anexado a proposta) quebrando a justificativa de excesso de formalismo. Convenhamos que o preço mais vantajoso não tem o condão de afastar o cumprimento das normas do edital. Ocorre que de fato, a empresa INTEROP – Informática Ltda. não apresentou as certificações apropriadas para suprir as exigências pautadas na condição 11.1.7.2, alíneas “a.1 e a.5” do Instrumento Convocatório. Não obstante, tenha declarado em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital; ainda mais, apresentou declaração que dispõe de pessoal técnico qualificado para prestação do Serviço.

a.1) 01 profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós-graduação em gerenciamento de projetos lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;

Os profissionais indicados pela licitante vencedora, não eram detentores das qualificações exigidas no edital a saber:

Sr. Atauhalpa Pierre Bulling apresentou Curso de capacitação em gerenciamento de projetos e preparação para exame PMP do PMI com duração de 40 horas (doc 1759505, pág 4). Convém Salientar que o profissional demonstrou ter feito curso preparatório para prestação do Exame PMP do PMI, cuja carga horária sequer se aproximou da exigida no edital. Tentando o saneamento da falha, posteriormente apresentou três certificados de MBA, porém nenhum deles na área de Gerência de Projetos.

O segundo profissional indicado, Sr. Evander Steyer apresentou Certificado de conclusão Curso de Gestão de Projetos com carga horária de 80 horas, (doc 1759505, pág 11) não atingindo a quantidade mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, tampouco atendeu a exigência de emissão pelo PMI- (Project Mangment Institute).

Quanto ao terceiro profissional Sr. Thiago Pacheco da Silva apresentou a Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute), porém a mesma estava inválida, pois, o prazo de validade havia expirado em 10 de dezembro de 2019, (doc 1759505, pág 14) por esta razão, também não atendeu ao edital.

a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior.

Quanto à exigência da Certificação contida na alínea “a.5”, que solicitava um profissional com certificação CCNP ou superior, durante a análise dos documentos, a área técnica apurou que o “Cisco Certified Entry Networking Technician (a.5), (doc 1759505, pág 41) também não atendia o disposto na referidas alínea. Neste contexto a empresa foi instada através do chat a se manifestar sobre a documentação apresentada, momento em que pregoeiro concedeu o prazo de duas horas para que a empresa encaminhasse através da opção “enviar anexo” do comprasnet documentos complementares objetivando o saneamento das inconsistências.

Recebida a documentação, em 13/10/2021, a empresa apresentou para alínea “a.5” CCNP SWITCH. Nessa oportunidade, visando à correção da falha apontada na alínea “a.1” apresentou três certificados de MBA, conforme (doc 1760961 pág 1 a 3), submetemos à apreciação da unidade técnica que declinou de confirmar a consistência dos referidos certificados pelas razões já expostas e o “a.5” pelo fato do documento apresentado (doc 1760961 pag. 15) não conter a certificação CCNP."

7.2. No que tange à aplicação da faculdade inserta no artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, assim se posicionou:

"Na peça recursal, a recorrente traz à baila o art. 48, §3º, da Lei 8.666/93, que discorre sobre a apresentação de nova proposta ou de nova documentação escoimadas as causas referidas neste artigo. Em alusão ao citado dispositivo convém enfatizar que a apresentação de nova proposta ou documentação, acontece quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas. Diversamente do que ocorreu neste certame, pois duas licitantes foram inabilitadas por não apresentar a documentação apropriada e as demais foram desclassificadas por apresentarem preço excessivo, sobrevindo o fracasso do item. Desse modo, salvo melhor entendimento, não cabe aplicação do artigo em comento."

É o Relatório.

8. Sem maiores delongas e porque a questão já foi devidamente tratada pelo Pregoeiro (doc. nº 1786915), parece-nos que as alegações da empresa INTEROP INFORMÁTICA LTDA. não merecem prosperar, vez que seu afastamento do certame decorreu após criterioso exame da área demandante acerca da documentação apresentada e que tinha como finalidade comprovar o atendimento ao quesito capacidade técnico profissional.

8.1. Nesta linha, cumpre transcrever as condições editalícias em comento:

"11.1.7.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

a) As licitantes deverão apresentar, ainda, comprovante de que integram o seu quadro permanente, na data da licitação, no mínimo:

a.1) 01 profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós-graduação em gerenciamento de projetos lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;

a.2) 01 profissional com certificação ITIL Manager V2 ou Expert V3 ou superior, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação ITIL Expert – Information Technology Infrastructure Library;

a.3) 02 (dois) profissionais com certificação técnica ou experiência comprovada no Sistema de Gestão de serviços fornecido pela CONTRATADA.

a.4) 01 (um) profissional com certificação MCSE (2003) ou MCITP: Enterprise Administrator;

a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior.

b) A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional.

c) Deverão ser apresentadas pelas licitantes declaração de que dispõem de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços e declaração de que atendem a todos os requisitos de infraestrutura da Central de Serviços e o provimento, às suas expensas, de ambiente adequado à implantação da CENTRAL, a partir do qual serão realizadas as atividades de atendimento e suporte técnico de 1º nível e demais serviços."

8.2. Pois bem. Conquanto a empresa tenha trazido parte da documentação em conformidade com as exigências do edital, outra parcela restou desatendida, como ressaltado acima (tópico 1.2), e, mesmo usando-se da legítima possibilidade de diligenciar para complementação de informações, ao final, não se resolveu a questão.

9. Não se trata de questionar da capacidade operacional da empresa INTEROP, mas da ausência de comprovação quanto à equipe de profissionais que atenderão às demandas da Administração.

9.1. Cremos que a unidade demandante, ao listar suas exigências, o faz cercando-se das necessárias cautelas para que, ao final, a contratação recaia sobre aquele que demonstre total aptidão, *in casu*, a capacidade técnico operacional, que se relaciona com a licitante propriamente dita, e a capacidade técnico profissional, que melhor se relaciona com o acervo da equipe que será posta no efetivo desempenho das atividades.

10. Criar as condições, analisar quais requisitos devem e podem ser impostos, e no curso do certame abrir mão de algum deles, não só fere o princípio da vinculação ao ato convocatório, como também o princípio da isonomia. E, certamente, não é isso que se espera da Administração.

10.1. As exigências editalícias devem guardar proporcional relação com o serviço que se quer, não se admitindo condição desarrazoada e impertinente, sob pena de sujeitar-se a corretas impugnações.

10.2. No particular, isto não ocorreu. Portanto, todas as condições do edital do Pregão nº 29/20231, incluindo-se aí as de capacidade técnico profissional, foram previamente delineadas pela Administração e, por consequência, aceitas por todos que acorreram ao certame. Aqueles que seriamente viram que não atenderiam ao chamado deste Tribunal, desistiram de ofertar propostas.

10.3. Nesta linha de raciocínio, não pode corretamente se habilitar a empresa que não tenha apresentado a documentação tal qual exigido no ato convocatório.

11. De referência à aplicação do quanto contido no art. 43, § 3º, da lei de licitações, assiste razão ao Pregoeiro quando afirma que tal possibilidade se aplica quando os licitantes estão em igual condição: todos inabilitados ou todos desclassificados. Além disso, é uma faculdade da Administração, podendo ser ou não utilizada.

12. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento do Recurso impetrado pela empresa INTEROP INFORMÁTICA LTDA., vez que não comprovou o atendimento à condição 11.1.7.2, alíneas 'a.1' e 'a.5"', do edital do Pregão nº 29/2021, mantendo-se, assim, a decisão do Pregoeiro que a inabilitou.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor**, em 01/12/2021, às 18:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1788020** e o código CRC **91C13B41**.



0011931-77.2021.6.05.8000

1788020v26